

CURRICULUM VITAE

Bruno de Oliveira Moura

Data de nascimento: 05.07.1984

FORMAÇÃO ACADÉMICA

- **Doutoramento em Direito Penal (2011-2021)**

Universidade de Coimbra

- **Mestrado em Direito Penal (2009-2011)**

Universidade de Coimbra

- **Graduação em Direito (2003-2008)**

Universidade Federal de Uberlândia - Brasil

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- **Especialização em Ciências Penais (2008-2009)**

Universidade do Sul de Santa Catarina - Brasil

- **Curso Internacional de Direito Penal (2009)**

Instituto Peruano de Ciencias Penales – Peru

- **Especialização em Direito Penal Económico (2012)**

Instituto de Direito Penal Económico e Europeu - Universidade de Coimbra

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- **Docência Universitária (desde 2021)**

1. Curso de Licenciatura em Direito - Universidade Lusófona

Disciplinas: Direito Penal I e II; Filosofia do Direito e Metodologia Jurídica I;

Introdução ao Direito I e II; Direitos fundamentais; Justiça Constitucional

2. Curso de Mestrado em Direito - Universidade Lusófona

Disciplinas: Direito e Processo Penal; Projecto de Dissertação

- **Assessor Jurídico (2016-2021)**

Provedor de Justiça

- **Docência Universitária (2011 e 2013)**

(2011) Curso de Graduação em Direito do Centro de Ensino Superior de Catalão - Brasil

Disciplina: Direito Penal - Parte Geral

(2013) Curso de Especialização em Direito Penal da Faculdade Pitágoras (UNIMINAS) - Brasil

Disciplina: Bioética e Direito Penal

- **Advocacia (2008-2011)**

Macedo e Rodrigues Advocacia. Causas cíveis e criminais - Uberlândia - Brasil

- **Estágio (2005-2008)**

Ministério Público de Minas Gerais. 10ª Promotoria de Justiça do Cidadão, especializada na tutela do meio ambiente, habitação e urbanismo (carga horária: 4384 horas) - Uberlândia - Brasil

ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO

- **Investigador integrado (2021-actual)**

Centro de Estudos Avançados em Direito (CEAD) Francisco Suárez - Faculdade de Direito da Universidade Lusófona

- “A violência doméstica: uma reflexão multidisciplinar para além do crime” - Projecto de Investigação financiado pelo ILIND - Instituto Lusófono de Investigação e Desenvolvimento, no âmbito do programa *Fazer + Excelência na Investigação* (2022-actual)

- **Investigador colaborador (2017-actual)**

Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (UCILeR)

- **Investigador bolsheiro - doutoramento (2012-2016)**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT)

● **Investigador colaborador (2013-2014)**

Instituto de Direito Penal Económico e Europeu - Universidade de Coimbra

- “Neurociências e Direito Penal: *nulla poena sine culpa?*” - Projecto de Investigação bilateral com a Universidade de Bonn (Alemanha)

● **Período de investigação (2013)**

Instituto de Direito Penal da Universidade de Bonn - Alemanha

● **Período de investigação (2010)**

Departamento de Ciências Penais da Universidade Barcelona – Espanha

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA (PUBLICAÇÕES)

1. *A conduta prévia e a culpa na comparticipação. A distinção entre autoria mediata e instigação, a partir de um conceito restritivo de facto*, Lisboa: Âncora Editora, 2022.
2. «A instigação por omissão». In: IDPCC (Org.), *Prof. Doutor Augusto Silva Dias In Memoriam*, Volume I, Lisboa: AAFDL, 2022, p. 321-349.
3. «Criminal Responsibility without Alternative Possibilities? The Dilemma of Freedom and the Structure of Ascription». In: *De Legibus*, n.º 2 (2022), p. 45-68.
4. «Restrições ético-sociais da legítima defesa, legítima defesa putativa e erro». In: *Revista de Estudos Criminais*, n.º 80 (2021), p. 225-254. Em coautoria com MARTELETO, Wagner.
5. «O novo preceito da legítima defesa, a base da intervenção dos agentes de segurança pública na proteção contra perigos e a subsidiariedade da atuação dos privados». In: PÊCEGO, Antonio (Org.), *Estudos sobre a Lei Anticrime*, São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021, p. 78-93.
6. *Sobre as bases para uma concepção onto-antropológica do Direito Penal*. Trata-se do Livro segundo da obra de FARIA COSTA, José de / MOURA, Bruno de Oliveira, *Filosofia do Direito*, Lisboa: Âncora Editora, 2021 - há uma nova edição, publicada em 2022.
7. Tradução e organização da obra de KINDHÄUSER, Urs, *Dogmática Penal no Estado Democrático de Direito*, São Paulo / Madri: Marcial Pons, 2020. Em colaboração com CAMARGO, Beatriz Corrêa e GODINHO, Inês Fernandes.
8. «Deveres de solidariedade no Direito Penal». In: *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.º 30 (2020), p. 265-295.
9. «The ‘Depth Grammar’ of Criminal Law: The Case Rule and the Distinction Between Norm and Ascription». In: AROSO LINHARES, José Manuel, et al. (Orgs.), *Jurist’s Law and European Identity Dogmatic-Institutional, Methodological and Legal-Philosophical Problems*, Coimbra: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019, p. 131-146.

10. «Causas legais de justificação e de desculpa como meios de combate ao terrorismo?» In: AROSO LINHARES, José Manuel / ANTUNES, Maria João (Orgs.), *Terrorismo. Legislação comentada. Textos doutrinários*, Coimbra: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019, p. 453-466. Em co-autoria com CAETANO, Matheus Almeida. Há uma 2.º edição, de 2022.
11. «Comunicação de decisão final condenatória. Comentário ao art. 6.º-A da Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto». In: AROSO LINHARES, José Manuel / ANTUNES, Maria João (Orgs.), *Terrorismo. Legislação comentada. Textos doutrinários*, Coimbra: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019, p. 195-202. Em co-autoria com CAETANO, Matheus Almeida. Há uma 2.ª edição, de 2022.
12. «Direito subsidiário. Comentário ao art. 7.º da Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto». In: AROSO LINHARES, José Manuel / ANTUNES, Maria João (Orgs.), *Terrorismo. Legislação comentada. Textos doutrinários*, Coimbra: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019, p. 203-208. Em co-autoria com CAETANO, Matheus Almeida. Há uma 2.ª edição, de 2022.
13. «Comentário ao art. 8.º da Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto» In: AROSO LINHARES, José Manuel / ANTUNES, Maria João (Orgs.), *Terrorismo. Legislação comentada. Textos doutrinários*, Coimbra: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019, p. 209-228. Em co-autoria com CAETANO, Matheus Almeida. Há uma 2.ª edição, de 2022.
14. «Regras de conduta e regras de imputação. Algumas dificuldades do adscritivismo no Direito Penal». In: *Revista de Estudos Criminais*, n.º 75 (2019), p. 82-106.
15. «A autonomia do cidadão e o núcleo da juridicidade como tal. Vestígios de regras de conduta imponderáveis no Direito Penal?». In: *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.º 28 (2018), p. 195- 237.
16. «A busca pelos absolutos do Direito. Nótula sobre a mentira altruísta, as ações de duplo efeito e a proibição de instrumentalizar o ser humano». In: XAVIER, Denny Garcia (Coord.), *A lanterna de Diógenes. Reflexões sobre o homem da pólis contemporânea*, Uberlândia: LAECC, 2018, p. 147- 191.
17. «A imprudência como sucedâneo do dolo faltante. Nótula sobre o argumento *a maiori ad minus* no Direito Penal». In: *Revista de Estudos Criminais*, n.º 69 (2018), p. 21-49.
18. «Tipos de tipos, estrutura do delito e nexos causal. Considerações sobre o pensamento classificatório no Direito Penal». In: *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.º 27 (2017), p. 471- 516.
19. «A causalidade nos delitos económicos: um panorama das condições de possibilidade do tema. In: LOBATO, José Danilo Tavares, et al. (Orgs.), *Comentários ao Direito Penal Económico Brasileiro*, Belo Horizonte: D'Plácido, 2017, p. 115-165.

20. «Consentimento hipotético em Direito Penal? A irrelevância da vontade fictícia da vítima para excluir a punição do autor». In: FARIA COSTA, José de, et al. (Orgs.), *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel da Costa Andrade*, Vol. I, Coimbra: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017, p. 875-917.
21. «A interpretação em Direito Penal: um *multiversum*». In: *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, n.º 4001 (2016), 96-111. Em co-autoria com FARIA COSTA, José de.
22. «L'interpretazione nel diritto penale: un multi verso». In: MANNA, Adelmo (Ed.), *Il problema dell'interpretazione nella giustizia penale*, Pisa: Pisa University Press, 2016, p. 213-232. Em co-autoria com FARIA COSTA, José de.
23. «O financiamento ilícito de partidos políticos e de campanhas eleitorais no Direito Penal português». In: LEITE, Alair / TEIXEIRA, Adriano (Orgs.), *Crime e política. Corrupção, financiamento irregular de partidos políticos, caixa dois eleitoral e enriquecimento ilícito*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017, p. 205-215.
24. «À vítima o que é da vítima? Breves considerações sobre seu papel no sistema criminal e no paradigma restaurativo de justiça». In: SOUZA, Luanna Tomaz de / FABENI, Lorena Santiago (Orgs.), *Dinâmicas de atuação do Sistema de Justiça Criminal*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 150-185. Em co-autoria com OLIVEIRA, Cristina Rego de.
25. «Os limites temporais da negligência nos crimes de resultado». In: RENZIKOWSKI, Joachim, et al., *Actas do Colóquio o Direito Penal e o Tempo*. Coimbra: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016, p. 89-137.
26. *Ilicitude penal e justificação. Reflexões a partir do ontologismo de Faria Costa*. Coimbra: Coimbra Editora, 2015.
27. «O lugar da analogia no Direito Penal». In: MACEDO, Marcus Paulo Queiroz / MARTELETO, Wagner (Orgs.), *Temas avançados do Ministério Público*, Salvador, Brasil: JusPodium, 2015, p. 223-245. A colectânea conta com uma 2.^a edição, de 2017.
28. «A responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas no exercício da função administrativa: uma breve análise do regime Português». In: *Scientia Iuris*, n.º 18 (2014), p. 125-144.
29. Resenha da obra «Legítima defesa. Las restricciones ético-sociales a partir de los fines preventivos e garantísticos del Derecho Penal», de Jacson Zilio. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 107 (2014), p. 415-424.
30. Tradução (alemão-português) do artigo de Kindhäuser, Urs. «Sobre o conceito de auxílio no Direito Penal». In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 108 (2014), p. 127-148. Em colaboração com Camargo, Beatriz Côrrea.
31. *A não-punibilidade do excesso de legítima defesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.
32. Resenha da obra «Dúvida e erro sobre a proibição no Direito Penal: a atuação nos limites entre o permitido e o proibido», de Alair Leite. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 103 (2013), p. 423-430.

33. «A propósito da chamada ‘tortura salvadora’: outra ‘quebra de tabu’, agora relativamente à proibição de valoração da prova?» In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 101 (2013), p. 229- 282.
34. «A legítima defesa e o seu excesso não-punível no novo Projeto de Código Penal». In: *Revista Liberdades*, n.º 12 (2013), p. 145-165.
35. «Desvalor da conduta e desvalor do resultado no ilícito penal. Ao mesmo tempo, sobre o sentido de um injusto genuinamente ‘pessoal’». In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto*, n.º 3 (2013), p. 158-175.
36. «O fundamento da legítima defesa». In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 98 (2012), p. 39- 97.
37. «A livre circulação de organismos geneticamente modificados e as cláusulas de salvaguarda: dois casos analisados sob a perspectiva do princípio da precaução na União Europeia». In: SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni da, *Princípios do Direito Ambiental. Atualidades*, Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2012, p. 41-75. Em co-autoria com CAETANO, Matheus Almeida.
38. «Legítima defesa ‘simbólica’? Ao mesmo tempo, sobre a valência da lógica dos lugares inversos». In: *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, n.º 87 (2011), p. 489-519.
39. «O normativismo jurídico-penal: consequência do ou resistência ao funcionalismo?» In: *Boletim da Faculdade de Direito Universidade de Coimbra*, n.º 86, 2010, p. 709-746. Também publicado em: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 90 (2011), p. 13-51.
40. «O Tratado de Lisboa e a legitimidade do Direito Penal e Processual Penal Europeu emergente». In: *Revista Liberdades*, n.º 8 (2011), p. 57-73.
41. «Autoria e participação nos crimes desde a empresa: bases para um modelo de imputação individual». In: *Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão*, n.º 25 (2011), p. 54-70.
42. «A sociedade contemporânea: alguns modelos teórico-descritivos relevantes para o Direito Penal». In: *Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão*, n.º 24 (2011), p. 9-25.
43. «Perspectivas político-criminais e dogmáticas do Direito Penal no contexto da sociedade de riscos». In: *Ciências Penais*, n.º 15 (2011), p. 357-393. Em co-autoria com MACHADO, Fábio Guedes de Paula.
44. «Sobre o sentido da delimitação entre injusto e culpa no Direito Penal». In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 87 (2010), p. 7-37.
45. «Algumas considerações sobre a causalidade no Direito Penal». In: *Ciências Penais*, n.º 12 (2010), p. 129-176. Também publicado em: *De Jure - Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, n.º 15 (2010), p. 175-210. Em co-autoria com CAETANO, Matheus Almeida e MACHADO, Fábio Guedes de Paula.
46. «A expansão do Direito Penal: modelos de (des)legitimação». In: *Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão*, n.º 21 (2009), p. 149-165.

47. «O Direito sob a perspectiva da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann». In: *Revista Sociologia Jurídica*, n.º 9 (2009), p. 8-20. Em co-autoria com Caetano, Matheus Almeida e MACHADO, Fábio Guedes de Paula.
48. «A (re) normativização do Direito penal frente aos direitos difusos». In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 70 (2008), p. 71-100. Em co-autoria com MACHADO, Fábio Guedes de Paula / MIRANDA, Wesley.
49. «Problemas específicos da teoria da equivalência das condições». In: *Anais do IV e V Seminários da Pesquisa Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, 2005, p. 712 e 720. Em co-autoria com BUZZATTO, Alfredo.
50. «Alguns apontamentos político-criminais sobre os crimes ambientais». Resumo publicado nos *Anais do VII Encontro de Pesquisa do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara* (2006).

CONFERÊNCIAS

1. A instigação por omissão. Aspectos dogmáticos e político criminais. In: Grupo de Pesquisa Dogmática Penal e Políticas (DPPP) - Centro de Ensino Unificado de Brasília - Reunião online (26.10.2022).
2. O princípio da legalidade penal na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. In: Colóquio Internacional. Instituto de Direito Penal Económico e Europeu 25 Anos Depois - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (4.2.2022).
3. Judicial Presumptions, Rules of Experience and Models of Proof in an Integrative Theory of Evidential Reasoning. In: II Workshop Internacional “Quaestio Facti” - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (27.4.2022).
4. A instigação por omissão. In: Grupo de Estudos em *Compliance* e Justiça Criminal (GECJC). Reunião online (2020).
5. The ‘Depth Grammar’ of Criminal Law: The Case Rule and the Distinction Between Norm and Ascription. In: 1.º Encontro Luso-Polaco de Teoria do Direito e de Metodologia. O direito dos juristas (*Juristenrecht*) enquanto dimensão da identidade europeia: problemas dogmático-institucionais, metodológicos e jurídico-filosóficos. Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2017).
6. Consentimento hipotético em Direito Penal? In: 2.º Encontro de Investigadores do Grupo Direito e Tempo. Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2016).
7. Criminal wrongdoing and solidarity duties. In: 5. Portugiesisch-Deutsches Symposium - „Grundlagen der Rechtswidrigkeit“. Faculdade de Direito da Universidade de Bonn - Alemanha (2016).

8. Conduta antecedente e estado de necessidade. In: 1.º Encontro de Investigadores do Grupo Direito e tempo Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2015).
9. Emoções e Direito Penal: um breve panorama. In: Jornadas Internacionais de Direito da Saúde Portugal-Brasil-Espanha. Centro de Direito Biomédico da Universidade de Coimbra (2015).
10. Os limites temporais da negligência. In: Colóquio O Direito Penal e o tempo. Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2015).
11. Beccaria e o princípio da legalidade criminal: a redução teleológica das causas de justificação. In: 250 anos da obra de Cesare Beccaria. Centro Universitário de João Pessoa - Brasil (2014).
12. Criminal responsibility without an alternative possibility? The spontaneity and the structure of ascription. In: 3º Encontro do Projeto Neurociências e Direito Penal. Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (2014).
13. Direito Penal, liberdade e compatibilismo: espontaneidade como critério suficiente? In: Seminário sobre Direito, Neurociências e Psiquiatria. Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2014).
14. Emotions and ascription in Criminal Law: a brief overview. In: 4ª Encontro do Projeto Neurociências e Direito Penal. Instituto de Criminologia da Universidade de Bonn - Alemanha (2014).
15. A relevância jurídico-penal dos afectos: em especial a desculpa do excesso na legítima defesa. In: 1º Encontro do Projeto Neurociências e Direito Penal. Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (2013).
16. A tortura em situações de escolha trágica, especialmente no combate ao terrorismo: aspectos materiais e processuais. In: Seminário “O Direito Penal do Inimigo: o apagar das luzes”. Faculdade Sul-Americana - Brasil (2013).
17. Direitos fundamentais, Constituição e Direito Penal. In: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia - Brasil (2013).
18. Religião, bioética e Direito Penal: alguns cruzamentos. In: 1º Encontro de Pesquisa sobre Direito e Religião. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia - Brasil (2013).
19. A César o que é de César: sobre o lugar da analogia no Direito Penal. In: IV Semana Jurídica da Universidade Presidente Antonio Carlos - Brasil (2010).
20. Dignidade humana e responsabilidade. In: Curso de Direitos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia - Brasil (2010).
21. O Direito Penal entre o garantismo e o funcionalismo? In: Centro de Ensino Superior de Catalão - Brasil (2009).

22. O Direito Penal em tempos de crise. In: Centro de Ensino Superior de Catalão - Brasil(2009). Reflexões político-criminais e dogmáticas sobre o Direito Penal hoje. In: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia - Brasil (2009).

PARTICIPAÇÃO EM JÚRIS OU BANCAS EXAMINADORAS

1. Participação no júri Artémio Pereira de Almeida. A indignidade no Direito sucessório. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de bacharel em Direito. Centro de Ensino Superior de Catalão - Brasil (2011).
2. Participação no júri de Aurélio Rosa Boaventura. Direito de Superfície no Código Civil Brasileiro e Estatuto da Cidade. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de bacharel em Direito. Centro de Ensino Superior de Catalão - Brasil (2011).
3. Participação no júri de Carmem Aparecida Gomes. Sistema penitenciário: do cativo à prisão da segurança máxima. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de bacharel em Direito. Centro de Ensino Superior de Catalão - Brasil (2011).
4. Participação no júri de Leonardo Fonseca Rocha. Leis que asseguram a acessibilidade às instituições de ensino. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de bacharel em Direito. Centro de Ensino Superior de Catalão - Brasil (2011).
5. Participação no júri de Renzo Marra Paschoal. Aplicabilidade do princípio da insignificância no Direito Penal Brasileiro. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de bacharel em Direito. Centro de Ensino Superior de Catalão - Brasil (2011).
6. Participação no júri de Marcos Caleb Stoppa. A ética jurídica e as sanções disciplinares previstas no estatuto da OAB. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de bacharel em Direito. Centro de Ensino Superior de Catalão - Brasil (2011).
7. Participação no júri de Luiz Mário da Costa. O tribunal de ética e disciplina dentro da ordem dos advogados do Brasil. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de bacharel em Direito. Centro de Ensino Superior de Catalão - Brasil (2011).
8. Participação no júri de Carina Galli Leyser. Os limites da punibilidade da tentativa criminosa: uma análise da moderna dogmática jurídico-penal sobre os fundamentos do crime tentado. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de bacharel em Direito. Universidade Federal de Uberlândia - Brasil (2010).

9. Participação no júri de Wilson Dornelas Rodrigues Filho. Finalismo e funcionalismo: a superação do método ontológico pelo modelo normativista e suas implicações para a dogmática jurídico-penal. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de bacharel em Direito. Universidade Federal de Uberlândia - Brasil (2010).
10. Participação, como arguente, nas provas de Mestrado de Marlon Luis Campos Monteiro, realizadas no dia 29 de Junho de 2022, na Universidade Lusófona de Lisboa, com a dissertação «O direito à vida sob a perspectiva da eutanásia perante a constituição portuguesa».
11. Participação, como arguente, nas provas de Mestrado de Carolina Carroza Lage Gregório, realizadas no dia 7 de Outubro de 2022, na Universidade Lusófona de Lisboa, com a dissertação «Direitos humanos, imigração e diversidade»,

LIGAÇÕES INSTITUCIONAIS

- Ordem dos Advogados do Brasil
Habilitação profissional obtida em 2008, com inscrição suspensa a pedido
- Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (IDPEE)
Membro desde 2012
- Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social (ATFD)
Membro desde 2015

Actualizado em 2.11.2022